

**ESTRATÉGIA NACIONAL PARA GESTÃO DE RISCO  
DE DESASTRES**

**Dezembro de 2010**

## **ACRÓNIMOS**

<b>STP</b>	<b>:São Tomé e Príncipe</b>
<b>ENGRD</b>	<b>:Estratégia Nacional para Gestão de Risco de Desatres</b>
<b>OdMs</b>	<b>:Objectivos do Desenvolvimento do Milénio</b>
<b>IDH</b>	<b>:Índice de Desenvolvimento Humano</b>
<b>INE</b>	<b>:Instituto Nacional de Estatística</b>
<b>ICVF</b>	<b>:Inquérito sobre as Condições de Vida das Famílias</b>
<b>RM</b>	<b>:Rendimentos Médios</b>
<b>PIB</b>	<b>: Produto Interno Bruto</b>
<b>CONPREC</b>	<b>:Conselho Nacional de Preparação e Resposta as Catástrofes</b>
<b>PNUD</b>	<b>:Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</b>
<b>SAP</b>	<b>:Sistema de Aviso Prévio</b>
<b>INM</b>	<b>:Instituto Nacional de Meteorologia</b>
<b>ACMAD</b>	<b>:African Centre of Meteorological Application for Development</b>
<b>MRNEA</b>	<b>: Ministério de Recursos Naturais Energia e Ambiente</b>
<b>GRD</b>	<b>:Gestão de Risco de Desatres</b>
<b>EIRD</b>	<b>:Estratégia Internacional de Redução de Desatres</b>
<b>PNRP</b>	<b>: Plano Nacional de Redução da Pobreza</b>
<b>IND</b>	<b>:Índice de Desenvolvimento Humano</b>
<b>Dbs</b>	<b>: Dóbras</b>
<b>NU</b>	<b>: Nações Unidas</b>

# ÍNDICE

<b>ACRÓNIMOS .....</b>	<b>2</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. CONTEXTO E OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA.....</b>	<b>4</b>
2.1 <i>Alinhamento com Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdMs).....</i>	5
2.2 <i>Alinhamento com Estratégia Internacional para Redução de Desastres.....</i>	6
2.3 <i>Alinhamento com as Iniciativas do Governo que concorrem para o aumento da resiliência às ameaças.....</i>	6
2.4 <i>Visão.....</i>	7
2.5 <i>Objectivos da ENRRD.....</i>	8
<b>3. A VULNERABILIDADE DO PAÍS AOS DIFERENTES PERIGOS.....</b>	<b>9</b>
3.1 <i>Principais ameaças.....</i>	11
3.2 <i>Quadro Histórico do Risco De Inundações, Ventos Fortes, Epidemias (1973-2009) ...</i>	13
<b>4. ANÁLISE DAS CAPACIDADES.....</b>	<b>14</b>
<b>5. PRINCIPAIS LINHAS DA ESTRATÉGIA.....</b>	<b>15</b>
5.1 <i>Eixo Estratégico 1: A implementação de mecanismos institucionais para a GRD regional e/ou local.....</i>	15
5.2 <i>Eixo Estratégico 2: reforço das capacidades a longo prazo para a gestão de riscos e desastres ao nível nacional,.....</i>	17
5.3 <i>Eixo estratégico 3: Desenvolvimento de um sistema de informação exaustivo.....</i>	18
5.4 <i>Eixo Estratégico 4: Desenvolvimento de mecanismos financeiros a longo prazo.....</i>	21
5.5 <i>Eixo Estratégico 5: Redução global dos riscos e vulnerabilidades.....</i>	21
5.6 <i>Eixo Estrategica: Reforçar a Preparação para Garantir uma Resposta Eficaz, em caso de desastres. ....</i>	23
5.7 <i>Eixo Estrategica: Cooperação Internacional.....</i>	24
<b>6. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA ENGRD .....</b>	<b>25</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

São Tomé e Príncipe (STP) é um País ameaçado por diversos fenómenos entre naturais e antrópicos tais como: inundações, erosão costeira, seca, deslizamentos de terra, epidemias, ventos fortes, ciclones tropicais, erosões, queimadas descontroladas, riscos tecnológicos, etc. O seu nível de vulnerabilidade associado a estrutura económica e social e a falta de políticas concretas para redução do impacto dos desastres, faz com que a ocorrência de tais fenómenos crie luto nas famílias e retrocesso de qualquer iniciativa de desenvolvimento social económico.

A questão de gestão do risco de desastres constitui uma das agendas das Nações que, através da Estratégia Internacional de Redução do Risco de Desastres (EIRR), definiram como uma das prioridades, a promoção da cultura de resiliência ao nível das comunidades, a tomada de consciência das Nações para concepção de políticas concretas para a redução do impacto dos desastres tendo em conta as consequências do impacto das mudanças climáticas.

É neste contexto que é concebido a presente Estratégia Nacional de Gestão de Risco de Desastres (ENGRD) em São Tomé e Príncipe, o qual estabelece a visão do Governo em relação a redução do impacto dos desastres para o período de 2011-2016 e identifica as prioridades estratégicas e as principais linhas de acção.

As prioridades do Governo têm em conta o carácter transversal da questão de gestão de desastres ressaltando desta forma, a necessidade de maior envolvimento de todos os sectores do Governo, sociedade civil e das comunidades.

## **2. CONTEXTO E OBJECTIVOS DA ESTRATÉGIA**

A República de São Tomé e Príncipe tornou-se independente em Julho de 1975 sendo um País enquadrado no grupo da Ilha Comores, Arquipélago de Cabo Verde, Ilhas Reuniões, os chamados micro-estados insulares com características muito específicas (o difícil acesso ao exterior e a falta de um porto de águas profundas faz com que o país passe por imensas dificuldades quando afectado por alguma tempestade).

O clima é, basicamente, de natureza tropical húmido, com chuvas abundantes quase todo o ano, de Outubro a Julho, e nos restantes 3 meses verifica-se alguma seca, período correspondente à gravana (estação seca).

A sua divisão administrativa é composta por seis distritos (Água grande, Me-Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata); uma Região Autónoma, a Ilha do

Príncipe e 4 ilhotas adjacentes, com uma população aproximada a 160.000 habitantes.

Os solos constituem um dos grandes recursos de São Tomé e Príncipe e são, de uma forma geral, de alta fertilidade e favoráveis à agricultura, que é considerada base da economia de São Tomé e Príncipe, com enfoque para o cultivo do Cacau, factor que torna o país economicamente muito vulnerável por causa da constante flutuação dos preços deste produto no mercado internacional.

## **2.1 Alinhamento com Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdMs)**

Em Setembro de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou unanimemente a Declaração do Milénio que dá um grande impulso às questões do desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela humanidade no limiar do novo milénio.

O Governo de São Tomé e Príncipe tem envidado esforços para que nas suas políticas de desenvolvimento económico e social estejam reflectidas acções que concorrem para o alcance das metas estabelecidas na declaração do milénio.

Algumas destas metas do milénio concorrem para a redução do risco dos desastres que frequentemente assolam STP, nomeadamente:

- Reduzir para metade até 2015, a percentagem da população sem acesso sustentável a água potável e saneamento do meio básico;
- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas Políticas Programas do País e inverter a actual tendência de perdas de recursos ambientais;
- Inverter, até 2015, a tendência actual de incidência da malária e de outras doenças graves.

Pelo que, as prioridades definidas nesta ENGRD irão, de certa forma, contribuir para o alcance destas metas de forma sustentável e harmoniosa, ao avançar para a criação da resiliência das comunidades e da nação no seu todo.

## **2.2 Alinhamento com Estratégia Internacional para Redução de Desastres**

Em 2005 foi realizada a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, que adoptou o quadro de acção para 2005-2015 e definiu como prioridades a construção da Resiliência das Nações e das Comunidades aos Desastres.

A Conferência constituiu uma oportunidade para promover uma abordagem estratégica e sistemática para a redução da vulnerabilidade destacando as necessidades e identificando as formas para aumentar a resiliência das nações e Comunidades a desastres.

Neste contexto, a presente ENGRD do Governo de São Tomé e Príncipe orienta-se para a operacionalização dos objectivos estratégicos da EIRD, designadamente:

1. A integração mais efectiva da análise de risco de desastres nas políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável em todos os níveis, com especial especialidade na prevenção e mitigação de desastres, preparação desastres e redução da vulnerabilidade;
2. O estabelecimento e reforço das instituições, mecanismos e capacidades em todos os níveis, nomeadamente ao nível da comunidade que possam contribuir aumento sistemático da resiliência a ameaças;
3. Na fase de reconstrução das comunidades afectadas, incorporação sistemática de abordagens de redução de riscos na concepção e execução programas de preparação para emergências e resposta recuperação

Esta abordagem estratégica constitui a base para concepção da presente ENGRD, a partir da qual foram identificadas as prioridades estratégicas realçando, contudo, o facto de que o País ainda não dispõe de um quadro legal e plataformal institucional para a gestão de desastres.

## **2.3 Alinhamento com as Iniciativas do Governo que concorrem para o aumento da resiliência às ameaças**

À semelhança de vários países do mundo, São Tomé e Príncipe como um país em franco desenvolvimento, tem definido políticas que orientam todas as suas acções de desenvolvimento, também enquadradas nos 8 objectivos do desenvolvimento do milénio. É desta forma que foram desenhadas políticas sectoriais e aprovados os respectivos instrumentos jurídicos, sendo de realçar:

1. Plano Nacional para Redução da Pobreza;
2. O Plano Nacional do ambiente;

3. Lei de Bases do Ambiente (Lei N.º 10 / 1999);
4. Lei de conservação da Fauna, Flora e das Áreas (Lei N.º 11/99);
5. Decreto sobre a Extracção de Inertes (Lei N.º35/1999);
6. Decreto sobre Resíduos (Lei N.º36/1999);
7. Decreto sobre Avaliação do Impacto Ambiental (Lei N.º37/1999);
8. Lei das Florestas (Lei nº 5 / 2001);

Alguns dos problemas ambientais que prevalecem, como a poluição das águas e do ambiente, a erosão costeira e continental, o desflorestamento, entre outros, poderiam ser minimizados com a implementação destas políticas e leis impulsionando desta forma, o cumprimento das metas do desenvolvimento do milénio e os objectivos da EIRD.

## **2.4 Visão**

A estratégia nacional de gestão de desastres define as linhas estratégicas para a implementação das acções de prevenção, mitigação e resposta aos desastres nos próximos 7 anos, com vista a conduzir São Tomé e Príncipe a um estado de prontidão e promoção do desenvolvimento económico e social sustentável.

A visão da presente ENGRD pode ser atingida através de (i) empenho das autoridades governamentais e da sociedade civil; (ii) Sensibilização das comunidades; (iii) abordagem multisectorial das questões de gestão de desastres, (iv) promoção do conhecimento científico.

A responsabilidade do Governo no contexto da redução do risco de desastres, deve incluir a liderança na promoção da cultura de prevenção ao nível dos sectores e das comunidades, formando e capacitando os técnicos e comunidades assim como alocando meios financeiros que permitam melhor integração das acções de prevenção e mitigação de desastres nas políticas que concorrem para o desenvolvimento económico e social do país.

Tendo em conta a transversalidade das questões de redução do risco de desastres, o Governo deve igualmente, promover a preparação, coordenação das acções de prontidão e resposta de situações de emergência garantindo que todos os intervenientes tenham responsabilidades claramente descritas.

## 2.5 Objectivos da ENRRD

A ENGRD é de âmbito multisectorial e representa um instrumento único no contexto nacional de gestão de desastres, nas suas diversas vertentes, reflectindo, desta forma, a interdependência entre as diversas esferas envolvidas no desenvolvimento sócio-económico e chamando para uma maior coordenação entre os actores e para um maior envolvimento das comunidades que constituem o grupo mais vulnerável, rumo à adopção da cultura de construção da resiliência.

Nese contexto e na perspectiva de operacionalização da Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD) aprovada em 2005 e adoptada pelas nações e tendo em conta a realidade actual do País, foram definidos os seguintes objectivos da ENGRD:

- i. Tornar a prevenção de desastres como uma prioridade do Governo de São Tomé e Príncipe integrando-a nas políticas, planos, programas de desenvolvimento;
- ii. Criar uma plataforma nacional para resposta eficaz e eficiente em caso de ocorrência de desastres naturais e tecnológicos;
- iii. Reduzir o número de perdas de vidas humanas, seus bens, infraestruturas sociais e o impacto negativo sobre o ambiente, causados por desastres naturais e antrópocos;
- iv. Reconhecer que os problemas relacionados com as catástrofes são da dianteira responsabilidade do governo e garantir que os dispositivos mais adequados estejam assegurados, atendendo aos recursos disponíveis;
- v. Dar prioridade a melhoria das competências do governo e da sociedade santomense para prevenir, mitigar e responder com eficácia às situações de emergência recorrentes;
- vi. Criar e institucionalizar a estrutura de gestão de desastres da base ao nível central para garantir uma gestão de risco e resposta as emergências integrada, aos seus diferentes níveis.

- vii. Promover a criação e expansão dos comités comunitários de Gestão de Risco de Desastres de forma de garantir a expansão da informação sobre os riscos de desastres e como lidar com eles.

As acções de prevenção permitem evitar os efeitos de uma ameaça. Alguns analistas consideram que o impacto dos desastres desacelera os indicadores de desenvolvimento sócio económico dado que, muitas vezes os recursos disponíveis para o desenvolvimento são desviados para a reconstrução, assistência médica e a reconstrução do tecido social.

Os estudos mostram o aumento da frequência e severidade dos fenómenos catastróficos devido as mudanças climáticas. É largamente reconhecido que tem havido um aumento detectável na temperatura global durante os últimos 40 anos<sup>1</sup>, o que concorre para aceleração das mudanças na temperatura e no gelo do Ártico, mudanças na quantidade de precipitação em todo o lugar, mudanças na salinidade dos oceanos, mudanças dos padrões de ventos fortes e aspectos de clima extremo como a seca a precipitação forte as ondas de calor e a intensidade dos ciclones tropicais<sup>2</sup>.

Todos estes elementos concorrem para a necessidade do devido alinhamento das questões de gestão de desastres desde a prevenção até a prontidão para a resposta, nas políticas e programas de desenvolvimento sustentável, visando, acima de tudo, capitalizar os esforços, tirar maiores ganhos nos investimento e impulsionar o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sócio económico e com isso tudo, alcançar os objectivos do desenvolvimento do milénio acordados internacionalmente pelas Nações.

### **3. A VULNERABILIDADE DO PAÍS AOS DIFERENTES PERIGOS**

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano 2007, São Tomé e Príncipe é um dos países menos desenvolvidos com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,654, classificando-o na posição 123 no grupo dos países considerados mais pobres.

Segundo o INE, a pobreza afecta 53,8 % da população total do país e a pobreza extrema atingem 15,1% da população santomense. O inquérito sobre as condições de vida das famílias (ICVF), que permitiu definir o "Perfil da Pobreza em São Tomé e Príncipe" (Novembro 2000 à Fevereiro 2001) utilizou o método dos rendimentos médios (RM), e determinou que o limiar de pobreza em São Tomé e

---

<sup>1</sup> Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique, 2009

<sup>2</sup> Relatório do IPCC/ONU- Novos cenários climáticos

Príncipe era de Dbs. 2.638.618 por ano (cerca de USD 294/ano). Este valor apenas cobre as despesas mínimas de uma refeição diária e algumas despesas não alimentares essenciais (vestuário, alojamento, combustível para confecção das refeições).

A degradação das infra-estruturas no meio rural e as consequências nefastas que daí advieram, provocaram um grande fluxo migratório para as zonas suburbanas e urbanas, dando assim origem a uma forte concentração da população na capital do país. É desta forma que a população urbana evoluiu de 44 % em 1992, para 55,6 % nos finais do ano 2000, um crescimento que não tem sido acompanhado de um planeamento físico e territorial.

Em relação ao sistema de saneamento do meio o relatório do INE que temos vindo a citar, afirma que 2001, cerca de 75,5% das habitações não tinham instalação sanitárias e 76,8% não tinham sistemas de esgoto. Os sistemas de drenagem são praticamente inexistentes e os esgotos estão, em geral, em muito mau estado de conservação e quase todos obstruídos. Cerca de 75,3 da população não tem água canalizada recorrendo a fontanários, chafarizes públicos, Rios e Ribeiras.

No que se refere a evacuação dos dejectos, as autoridades camarárias dos distritos têm meios muito limitados resumidos, na maioria, em um ou dois veículos não adequados para a recolha de lixos. Verifica-se, com frequência, a existência de lixeiras ao ar livre e próximo dos quintais e das concentrações urbanas.

Este quadro sobre saneamento concorrem para a incidência de doença diarreicas e parasitárias.

Sobre o crescimento económico, os últimos dados do INE indicam um PIB de US \$ 112 milhões (cerca de 1,5 bilhões DBS) em 2006, que representa uma taxa de crescimento médio de 6,25% em relação a 2004. Apesar dessa evolução positiva do comportamento do PIB, a percepção geral é que a qualidade de vida das famílias está em declínio, como resultado da desvalorização contínua da moeda, inflação e preços do petróleo e seus derivados, a dependência económica, dado que 80% do seu Orçamento de Investimento do Estado provém de doações.

A degradação ecológica e das florestas, o aumento da perda da diversidade biológica nacional, a perda da biodiversidade, a poluição das nascentes e curso de água, entre outros aspectos negativos, podem constituir problemas e transformarem-se em ameaças ao ambiente, a curto e a médio prazos.

Adicionado a isso, conduta-se a fragilidade do seu ecossistema e o seu baixo nível de desenvolvimento socioeconómico, torna-o ainda mais vulnerável às mudanças climáticas, e podem tornar mais agressivos os fenómenos naturais que concorrem para grande parte dos desastres.

No contexto político, o País mostrou a sua vulnerabilidade aquando da ocorrência dos golpes de Estado em 1995 e 2003, os quais criaram a instabilidade social e

política, factor que a voltar acontecer, poderá causar uma crise política e económica considerando que os únicos acessos ao arquipélago (aeroporto e porto) poderam ficar inacessíveis.

Por um lado, o País possui uma taxa bastante alta de jovens desempregados. O mercado de trabalho santomense não consegue absorver grande parte de jovens formados no exterior, deixando assim, este grupo etário numa desilusão e frustração.

Por outro lado, reina um descontentamento da população santomense que se sente alienada, as comunidades rurais e sub-urbanas sentem-se marginalizadas, nota-se uma grande diferença nos padrões de vida entre as classes ricas detentoras de grandes porções de terras férteis e os pequenos agricultores proprietários de pequenas porções de terra.

Todos estes factores acima mencionados podem levar o país a qualquer momento, a uma instabilidade como consequência de conflitos internos de origem social e políticos, deitando a baixo a aparente estabilidade nacional e aumentando a

A falta de um sistema de gestão de desastres que inclua um sistema de aviso prévio e um sistema de coordenação entre os actores, que possibilita a rápida mobilização de recursos, aliado à fraca capacidade interna em termos de recursos humanos, materiais e financeiros pode concorrer para degradação da vida da população santomense em caso de desastres.

### **3.1. Principais ameaças**

O País está exposto à ameaças tanto de origem natural como antrópica, sendo de realçar a ocorrência de ventos fortes, as inundações, seca, os deslizamentos de terra, a erosão, cólera, a malária, as diarreias, a gripe aviária, conjuntivite e dengue, a existência de depósitos com produtos químicos; os acidentes marítimos com derramamento de combustíveis ou produtos tóxicos; o transporte de combustível entre Ilhas; os acidentes com navios encalhados; a gestão do Gás doméstico e botijas de oxigénio bem como pequenos negócios de combustível; a utilização de explosivos em pedreiras; a utilização na agricultura de produtos químicos de pulverização entre outros.

A Diminuição das chuvas e a consequente diminuição dos caudais dos rios nas nascentes, são parte das situações que têm estado a criar períodos de gravanas prolongadas pondo em causa a produção agrícola e criando condições favoráveis para prática de queimadas descontroladas. Esta prática tem como consequência um

elevado grau de desmatamento que também é causado pelo abate indiscriminado de árvores devido ao alto consumo do combustível Lenhoso pela população, principalmente em São Tomé.

As inundações já causaram varios danos e afectaram directa ou indirectamente as famílias provocando entre outros, perdas de vidas humanas e ferimentos entre graves e ligeiros, destruição de infra-estruturas públicas e sociais, perda de stocks alimentares, epidemias, doenças respiratórias, baixo rendimento da população na produção agrícola, desistências de alunos nas escolas, má qualidade na educação, aumento da vulnerabilidade da mulher e crianças a violências e abusos, destúrbios sociais, êxodo rural a procura de comida, falta de energia eléctrica.

Sendo São Tomé e Príncipe, como país de origem vulcânica, torna-o bastante propenso as derrocadas devido a chuvas torrenciais e a prática da agricultura intensiva em zonas de grande declive, nomeadamente nas encostas das montanhas, uma vez que grande parte do território nacional localiza-se em zonas montanhosas;

Devido ao fenómeno ventos fortes, causados pelas linhas de borrasca que muitas vezes provocam ondas gigantes, muitos pescadores perdem as suas embarcações nos ancoradouros, muitas famílias de pescadores perdem as suas habitações localizadas a beira mar.

O País tem ainda como preocupação as epidemias e pandemias que têm assolado o território de maneira cíclica nos últimos anos. Há a destacar a cólera, malária, diarreias, sarampo sem deixar de lado a gripe H1N1 que recentemente afectou o país. No grupo dos desastres de origem biológica (as epidemias e pandemias) os dados indicam que o País regista uma taxa de letalidade de 10% para cólera, 15% para malária. Nos anos 1985 e 1986 o país registou grandes perdas de vidas humanas causadas pela malária onde foram registados 161 e 279 óbitos respectivamente. A partir do ano 2006, a malária passou a ser considerada a terceira causa de morte em STP.

Em 1989 o país registou 4000 casos de cólera. Em 2009 já se registou uma descida no número de casos registados, 50 casos oficiais.

Os deslizamentos de terra já deixaram a população sem acesso aos serviços básicos como, saúde, educação, água potável, alimentação e outros;

À semelhança dos desastres de origem natural os de origem tecnológica podem causar a destruição de equipamentos, habitações, problemas de saúde pública por causa da poluição ambiental e deslocamento da população para áreas que se achem mais seguras.

### 3.2. Quadro Histórico do Risco De Inundações, Ventos Fortes, Epidemias (1973-2009)

No período compreendido entre 1973 e 2009, o país foi afectado por fenómenos naturais que provocaram morte de pessoas, destruição de casas, perda de culturas agrícolas entre outros males. Os perigos mais frequentes nesse período foram as inundações e as epidemias, sendo estas últimas aquelas que mais óbitos provocaram.

**Tabela 1 : quadro histórico dos desastres em São Tomé e Príncipe**

Tipo de Desastres	Ano	Áreas afectadas	População				Impacto na economia (USD)
			Feridos	Desalojados	Óbitos	Afectados	
Inundações	2009	Ribeira Afonso				250 pessoas	
	2008	Ribeira Afonso				300	
	1974	Rio Papagaio					
	1972	Nova formiga					
Deslizamento de terras	1974	Rebordelo			100 pessoas		
	1973	Ilha do príncipe					
Ventos fortes e Tempestades	2009	Roça Santa Cecilia, Rua da Caixa					
	2001	Comunidade agrícola de Santa Catarina		822532709		301	
Seca	1983	Todo o País				93.000	
Epidemias	1985	Todo País?			161		
	1986	Todo o País			279		
	1989	Água grande (cólera)			99	4.758	
	2005				33	2.173	
	2009	Pandemia (gripe aviária)			2	50	

## **4. ANÁLISE DAS CAPACIDADES**

Apesar do quadro negro acima descrito sobre o nível de vulnerabilidade do país a desastres, alguns aspectos podem ser considerados positivos e condicionantes para implementação da presente estratégia, nomeadamente:

A abertura do governo para adesão e implementação da EIRD, manifestada pela estabelecimento, em Abril de 2010, de uma comissão instaladora do Conselho Nacional de Preparação e Resposta as Catástrofes (CONPREC) que receberá a competência para fazer a coordenação das acções de Gestão de Risco de Desastres e assegurar uma resposta rápida e eficaz às emergências.

Apesar da forma não coordenada, os sectores governamentais, tanto na área do meio ambiente como no sector social, têm empreendido esforços no sentido de reduzir os níveis da pobreza e impulsionar o crescimento económico. Como foi referido anteriormente, a taxa de crescimento médio em 2006 aumentou 6,25% em relação a 2004.

A abertura e apoio do sistema das Nações Unidas, não so na elaboração da ENGRD como também no apoio a vários programas de desenvolvimento, protecção do meio ambiente e adaptação as mudanças climáticas. A título de exemplo, o PNUD financiou um plano de acções prioritárias do Governo para o período 2006-2008 com 169 milhões de dólares o qual indicava uma meta de crescimento económico (35%) e diversificação de renda para famílias pobres (26%).

### **4.1. Principais Necessidade e prioridades**

- A integração da GRD nos Programas e políticas do Governo como um assunto transversal e o seu seguimento por uma instituição com competência para o efeito;
- A alocação de recursos no Orçamento do Estado para implementação das acções de GRD garantindo, desta forma, a sua sustentabilidade;
- A institucionalização do Sistema de Aviso Prévio (SAP).
- A melhoria do quadro legal, incluindo a adopção de textos legislativos e regulamentares;
- Introdução de matérias sobre a prevenção nos currículos de formação escolar, nas comunidades e promover a pesquisa e análise dos resultados da investigação no domínio da gestão de risco;

- Mobilização de recursos junto dos parceiros de cooperação e da comunidade internacional.

## **5. PRINCIPAIS LINHAS DA ESTRATÉGIA**

As linhas orientadoras para a presente estratégia de gestão de desastres para São Tomé e Príncipe foram definidas respeitando as prioridades avançadas na abordagem da Estratégia Internacional de Redução de Desastres aprovada em 2005 e tendo em conta ao consenso sobre os principais eixos e prioridades estratégicas para a gestão de desastres conseguidos no ateliê de revisão do plano de contingência, assim, são definidos como principais eixos da estratégia os seguintes:

- a. Implementação de mecanismos institucionais para a GRD;
- b. Reforço das capacidades a longo prazo para a Gestão de Riscos e Desastres ao nível nacional;
- c. Desenvolvimento de um sistema de informação exaustivo;
- d. Cooperação Internacional;
- e. Redução global dos riscos e vulnerabilidade;
- f. Desenvolvimento de mecanismos financeiros a longo prazo.
- g. Reforçar a Preparação para Garantir uma Resposta Eficaz, em caso de desastres.

Para cada um dos eixos estratégicos, foi descrita a situação actual, identificadas as prioridades estratégicas e as acções prioritárias

### **5.1. Eixo Estratégico 1: A implementação de mecanismos institucionais para a GRD regional e/ou local.**

#### **Situação actual**

O Governo de São Tomé e Príncipe, constituiu este ano de 2010, a Comissão instaladora do Conselho Nacional de Preparação e Resposta a Catástrofes (CONPREC), como reconhecimento da necessidade de dotar e preparar o País, de meios e condições para a protecção civil, de forma a minimizar o impacto de eventuais desastres. O Plano de Contingência 2010/2011 avança com uma proposta de organização do CONPREC em 4 grupos de trabalho com carácter

multisectorial, cujos sectores integrantes irão facilitar a execução dos diferentes planos de acção para a implementação. Este constitui um marco importante para uma acção integrada, sustentável e participativa na redução dos impactos dos desastres.

Várias iniciativas foram desenvolvidas pelo Governo e pelo Grupo Nacional Humanitário, as quais concorrem, de certa forma, para reduzir os níveis de danos nos casos de desastres mas, provavelmente, falte um alinhamento e priorização das acções que facilmente concorram para a GRD. São casos disso:

A existência de planos de gestão ambiental. No decurso do levantamento documental foram apreciados dois documentos, Planos do ambiente, que foram elaborados pelo Governo com o apoio da representação nacional das Nações Unidas. São documentos que mostram a preocupação do Governo sobre a gestão efectiva do meio ambiente nas suas diversas facetas, desde a diversidade biológica e ecossistemas passando pela gestão dos recursos renováveis, resíduos tóxicos, água potável até ao saneamento do meio.

O sector da saúde instituiu um Comité Nacional de Emergência Sanitária responsável pela vigilância epidemiológica, bem como o desenho das medidas de prevenção.

Em 2008, foi desenhada a Lei base do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros que apesar de ainda não ter sido aprovada, ela mostra a preocupação do Governo no sentido de introduzir mecanismos que permitam assegurar a actuação atempada e eficaz na prevenção de acidentes e na resposta aos desastres.

Ao nível dos parceiros de cooperação, as agências das Nações Unidas e seus parceiros, foi criado um mecanismo de coordenação interna para facilitar um efectivo apoio aos programas e planos do Governo, tendo sido criados 15 *Clusters* de intervenção, nomeadamente, Coordenação humanitária; alimentação; Agricultura; Educação; Água e Saneamento; Saúde e Nutrição, Abrigo de Emergência; Gestão dos Campos; Recuperação; Protecção; Telecomunicações; Logística; Segurança; Comunicação (media) e Gestão Informações.

### **Prioridades estratégicas:**

#### **a) A Lei de Gestão de Riscos de Desastres**

Acções estratégicas:

- Aprovação da lei de gestão de desastres;
- Divulgação da nova lei a todos os sectores e a todos os níveis.

#### **b) Estrutura Institucional Para a Gestão de Riscos e Desastres.**

Acções estratégicas:

- Aprovação da estrutura institucional por parte do governo;
- Legislação da nova estrutura;
- Criação de estruturas e dispositivos ao nível provincial e local;
- Estabelecimento do Gabinete/Unidade Nacional de GRD, assim como de novas unidades de trabalho dentro da Unidade Nacional de GRD, se necessário;
- Reforço das unidades técnicas ministeriais;
- Estabelecimento de unidades técnicas aos níveis distritais;
- Organização de equipas locais e/ou regionais;
- Divulgação da estrutura institucional em todos os sectores e a todos os níveis.

### **c) Plano Nacional para a gestão de riscos e desastres e planos de suporte**

Acções estratégicas:

- Elaboração do Plano Nacional de GRD;
- Elaboração de planos regionais e/ou de nível distrital e planos de apoio (no caso de STP, o país é pequeno, esses planos poderiam ser incluídos no Plano Nacional);
- Elaboração de planos de suporte para a gestão dos três tipos de desastres (naturais, epidemia/pandemia e tecnológicos).

## **5.2. Eixo Estratégico 2: reforço das capacidades a longo prazo para a gestão de riscos e desastres ao nível nacional,**

Prioridades estratégicas:

### **a) Estratégia de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Gabinete Nacional de GRD**

Acções estratégicas:

- Elaboração de estratégias do Gabinete Nacional de GRD relativas ao desenvolvimento e gestão do seu pessoal;
- Estabelecimento de directrizes e normas relativas ao pessoal do Gabinete Nacional de GRD;
- Avaliação das necessidades de formação para reforçar as competências do pessoal do Gabinete Nacional de GRD;
- Desenvolver um plano de formação do pessoal do Gabinete Nacional de GRD.

- Assegurar a integração do equilíbrio do Género em todos os planos de GRC a todos os níveis

## **b) Desenvolvimento de competências nacionais de formação**

### **Acções estratégicas:**

- Avaliação e análise detalhada das necessidades de formação;
- Lançamento do programa de desenvolvimento das capacidades de formação;
- Desenvolvimento de currículos para vários sectores e níveis;
- Desenvolvimento de materiais de formação para as condições específicas de STP em Português;
- Formação de uma equipa de formadores;
- Formação de equipas ao nível regional e distrital;
- Promoção de programas de formação dos Comités de Gestão do Risco de Desastres
- Preparação de um plano para a actualização anual do programa de formação.

## **5.3. Eixo estratégico 3: Desenvolvimento de um sistema de informação exaustivo**

### **Situação Actual**

O Plano de Contingência nacional, 2010-2011 apresenta um levantamento exaustivo sobre as principais ameaças que podem concorrer para desastres no País, nomeadamente, os ventos fortes, inundações, seca, epidemias, deslizamentos de terra, erosão, derrame de petróleos e outros óleos, entre outros. A partir desta estrutura de ameaças e tendo em conta as consultas feitas aos sectores, foi avançada uma lista de sectores geradores de dados, designadamente, o INM, a Saúde Águas e o sector do Ambiente.

Alguns destes sectores, dispõem de uma estrutura organizacional que os permite a recolha e sistematização dos dados. Esses dados são usados como ferramentas válidas no processo de planificação.

O INM dispõe de uma rede pluviométrica, embora com uma deficiente distribuição, que permite colher dados sobre a precipitação registada e a previsão das temperaturas. Adicionalmente, o INM dispõe de modelos capazes de simular diversas situações relacionadas com o comportamento do tempo contudo, alguns desses modelos não estão operacionais por falta ou exiguidade de técnicos formados para as áreas específicas.

Ao nível da região africana onde se localiza o País, o African Centre of Meteorological Application for Development (ACMAD) elabora periodicamente as previsões e análises de climas que podem ser usadas no processo de planificação sectorial.

Relativamente ao sector de água, importa referenciar que o país dispõe de elevado potencial hídrico composto por mais de 50 cursos de água alimentados por índices de precipitação relativamente elevados, variando entre 1.000 a 5.000mm de chuva por metro quadrado, dos quais, pelo menos 5 rios têm registado inundações com impacto nas comunidades.

Um estudo sobre “gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Prováz” avançou como lacunas no sector de águas entre outras, a falta de políticas nacionais de águas, sua regulamentação e a falta de uma instituição que responda exclusivamente pelas águas ao nível nacional.

Outro constrangimento que se pode indicar relaciona-se com a falta de um sistema de aviso de cheias, ligando à sua previsão em tempo real. Esta previsão, mesmo quando afectada de incerteza, permite reduzir os impactos da cheias através do aviso às populações e da mobilização antecipada dos mecanismos de protecção civil.

No sector da Saúde e como foi dito anteriormente, existe já montado e operacional um sistema de vigilância epidemiológica que permite a notificação semanal de endemias e a partir dessa informação facilmente se activam os sistemas de aviso e alerta.

No sector do ambiente, o estágio actual mostra uma grande preocupação do Governo no que tange à preservação do meio ambiente, a aprovação de políticas do ambiente para o desenvolvimento sustentável da Republica Democrática de S. Tomé e Príncipe e estabelece os princípios que a orientam, no quadro da Constituição Política e da Declaração do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento bem como todo um conjunto de Leis e decretos sobre a preservação do meio ambiente.

Contudo, é importante visualizar, de forma clara, a contribuição das políticas do ambiente para o processo de gestão de desastres, clarificando os indicadores que concorrem para a redução de desastres e quais as possíveis ligações entre as políticas tendo em conta a transversalidade da questão de GRD.

### **Prioridades estratégicas:**

#### **a) Estabelecimento de um sistema de informação exaustivo sobre os riscos e desastres**

Acções estratégicas:

- Mapeamento do risco a uma escala que facilita a integração da redução de desastres nos planos sectoriais;
- Reforçar as capacidades e habilidades para monitoria avaliação de fenómenos que compara a ocorrência de desastres;
- Promoção e uso de novas tecnologias de informação para monitoria e gestão de desastres.
- Criação e alimentação de bases de dados a nível local e nacional que facilitem a integração da componente de desastres nos planos de desenvolvimento

## **b) Sistema de aviso de desastres e garantir a sua divulgação a todos os níveis**

### Acções estratégicas

- Início do processo de concepção de sistemas de aviso prévio e sua aprovação pelo Governo;
- Ampla divulgação do sistema de aviso prévio junto das comunidades mais vulneráveis;
- Institucionalização dos processos de feedback de informações de segurança e manter a sustentabilidade do sistema.
- Intercâmbio com os organismos regionais e internacionais que trabalham na área de previsão climática

## **c) Sensibilização e educação pública e comunicação com os média**

- Criação e capacitação de Comités de Gestão de Risco de Calamidades;
- Criação de programas de formação informal para a divulgação das acções de prevenção, mitigação e resposta em caso de desastres;
- Manutenção do diálogo com as comunidades mais vulneráveis;
- Divulgação dos programas de educação cívica pelos órgãos de comunicação social.
- Introdução da GRD nos currículos escolares e locais.

## **d) Estratégias de Comunicação**

- Levantamento das necessidades para estabelecimento de um sistema de comunicação;
- Estabelecimento de fluxogramas de circulação de informação da base ao nível central e vice versa;
- Formação técnica;
- Acordos com os meios de comunicação para a divulgação de informação de interesse público;

## **5.4. Eixo Estratégico 4: Desenvolvimento de mecanismos financeiros a longo prazo**

### **Prioridades estratégicas:**

#### **a) Fundos para os desastres**

Acções estratégicas:

- Elaboração do Plano estratégico e do respectivo orçamento para operacionalização da ENGRD;
- Identificação de diferentes mecanismos e fontes de financiamento para cada tipo de desastre e em cada fase da GRD;
- Aprovação do orçamento pela lei das finanças;
- Divulgação da nova lei a todos os sectores e a todos os níveis.
- 

## **5.5. Eixo Estratégico 5: Redução global dos riscos e vulnerabilidades**

### **Situação actual**

As principais ameaças identificadas em São Tomé e Príncipe estão relacionadas com factores de clima e conservação do meio ambiente bem como o manuseamento de terra.

As mudanças climáticas, cuja intensificação e impacto constituem preocupação e agenda primordial das nações, contribuem bastante para intensificação dos factores de risco. Exemplo disso e tendo em conta o documento do MRNEA, os efeitos das mudanças climáticas têm contribuído para:

- Um ligeiro aumento da temperatura ao longo de todo o país, nos últimos anos;
- Diminuição das chuvas e a conseqüente diminuição dos caudais dos rios nas nascentes;
- Gravanoas prolongadas;
- Derrocadas devido a chuvas torrenciais, nomeadamente nas encostas das montanhas;
- Destruição das florestas devido ao alto consumo de lenha e agricultura intensiva praticada em zonas de grande declive;
- Diminuição das chuvas e a conseqüente diminuição dos caudais dos rios nas nascentes;
- Nas comunidades costeiras as populações têm referências reais da elevação do nível das águas do mar, com invasão mais acentuada das águas e aumento da erosão costeira (praias Pesqueira e Diogo Nunes). À medida que

o tempo passa, aumentam as inundações que deixam as populações sitiadas em suas próprias casas (Santa Catarina, Malanza e Ribeira Afonso);

Outros factores não originários da problemática de mudanças climáticas têm vindo a incrementar os acima mencionados, tais como:

- Degradação ou falta de diques de protecção;
- Falta de muros de contenção. A erosão costeira tem atingido níveis significativos, sobretudo nalgumas praias provocando um grande recuo da linha de costa (Diogo Nunes), deixando populações desprotegidas (praia S. Pedro no Príncipe e Malanza) ou provocando a diminuição da actividade turística (praia Pomba).
- Deficiente sistema de abastecimento de água;
- Falta de estações de tratamento de água para o consumo humano;
- Falta de protecção nas áreas de captação e fontes de abastecimento de água.

Associado a estas questões, o país ressent-se da falta de uma cultura de saneamento do meio, principalmente no meio rural e sub urbano. O que concorre para eclosão de epidemias.

O PNADD refere que os pesticidas e outros produtos químicos são usados de forma massiva e inadequada na agricultura, pondo em causa as espécies faunísticas, principalmente as aves. Este plano refere ainda que são lavados nas ribeiras, rios e nascentes utensílios contendo restos dos referidos produtos constituindo ameaça para a vida humana e para os ecossistemas aquáticos.

No caso dos resíduos hospitalares, o plano refere que estes têm o mesmo tratamento que os resíduos urbanos de forma misturada, factor que coloca em risco a saúde pública e a dos manuseadores. O incinerador do hospital Aires de Meneses encontra-se inoperante e os resíduos não sólidos são evacuados para o mar, aumentando o risco da saúde pública e da biodiversidade marinha.

Os impactos da poluição reflectem também directamente na saúde pública com disseminação de doenças de origem hídrica, tais como a cólera, febre tifóide e schistosomiase.

Como consequência destes factores, STP regista:

- Proliferação de vectores causadores do paludismo e outras doenças;
- Ameaça constante de doenças diarreicas;
- Poluição do meio por lixos e outros resíduos humanos com graves consequências sobre a saúde e sobre a economia.

## **Prioridades estratégicas:**

### **a) Reduzir a vulnerabilidade dos pobres**

Acções estratégicas:

- Inclusão da redução de riscos e vulnerabilidade como um eixo transversal em todos os programas e estratégias sectoriais a serem implementados ou desenvolvidos, começando, principalmente, pelos programas para a redução da pobreza, em todas as fases da gestão de desastres;
- Promoção e apoio das acções que visem o desenvolvimento da abordagem integrada dos recursos hídricos;
- Promoção do Planeamento físico e consciencialização pública sobre práticas de bom uso da terra;
- Aumento do acesso da população aos serviços de saneamento;
- Garantia a gestão efectiva da utilização dos produtos químicos e tóxicos;
- Expansão de programas de abasamento de água potável;
- Ajuda ao desenvolvimento orientada para a redução dos riscos e de desastres.
- Introdução da vulnerabilidade aos desastres como um factor de empobrecimento;
- Introdução da vulnerabilidade dos pobres que vivem em áreas de alto risco no Plano Estratégico de Redução da Pobreza.

### **b) Integração da redução dos riscos nos programas para o meio ambiente**

Acções estratégicas:

Inclusão da redução de risco e de vulnerabilidade como eixo transversal em todos os programas e estratégias ambientais que estão sendo implementados ou preparados, em todas as fases da gestão de desastres;

Introdução da vulnerabilidade ambiental, assim como os riscos ambientais como factores de risco

## **5.6. Eixo Estrategica: Reforçar a Preparação para Garantir uma Resposta Eficaz, em caso de desastres.**

### **Situação Actual**

As acções de redução de vulnerabilidade acima propostas, não evitam que os desastres possam acontecer. Sendo assim, justifica-se a criação de um estado de prontidão nacional, para responder aos efeitos do fenómeno que possam provocar um desastre.

A criação de um estado de prontidão pressupõe a existência de um sistema de aviso prévio operacional, um sistema de gestão de informação funcional, sistemas de comunicação eficientes e equipas de busca e salvamento treinadas.

Estes aspectos constituem prioridades para a definição da componente de preparação para resposta aos desastres. Paralelamente à preparação deste documento, o Governo está a preparar um plano de contingência para resposta em caso de desastres. Nesse documento são apresentadas, com mas detalhe, as principais acções que devem ser realizadas antes, durante e depois da ocorrência do desastre.

### **Prioridades estratégicas:**

- Criação de um mecanismo de coordenação para resposta a situações de emergência;
- Fortalecimento da capacidade normativa e técnica para a gestão de emergências;
- Promoção da troca de informação entre as instituições ligadas ao aviso prévio;
- Estabelecimento de mecanismos operacionais e sistemas de comunicação para resposta atempada em caso de desastres;
- Estabelecimentos de fundos de emergência e advocacia junto da comunidade internacional para a sua realimentação
- Promoção do voluntariado, priorizando a participação dos jovens e da participação das lideranças ao nível das comunidades;
- Estabelecimento de normas de conduta em caso de emergência, focalizando aspectos relacionados com a situação da mulher, da rapariga e da criança.
- Reajustamento anual do Plano de Contingência Nacional.

### **5.7. Eixo Estrategica: Cooperação Internacional**

Prioridades estratégicas

#### **a) Cooperação técnica, política e Intercâmbio de informação e alertas**

Acções estratégicas:

Identificação das iniciativas regionais e internacionais para a cooperação em intercâmbios técnicos ou de informação;

- Preparação e distribuição de uma lista de iniciativas prioritárias aos membros do Gabinete Nacional de GRD;
- Responsabilização por parte do Gabinete Nacional de GRD de organizar a coordenação activa e a partilha de informações com outros países que enfrentam problemas semelhantes, bem como países vizinhos.

#### **b) Protocolos para a coordenação internacional**

Acções estratégicas:

- Organização de um ateliê de trabalho com a participação de todos intervenientes internacionais;
- Preparação e implementação do Protocolo de Assistência Internacional;
- Adesão a convenções e protocolos internacional e regionais sobre matérias sobre a protecção civil e redução de factores de risco, como proliferação de pandemias e de produtos nocivos.

### **6. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA ENGRD**

A planificação das acções sectoriais para o desenvolvimento, com enfoque para a GRD, permite que sejam conhecidos todos os problemas que possam colocar o país numa situação de desastre e as possíveis alternativas de solução atempada, periodizadas e realísticas num tempo determinado, com uma visão clara, ampla e bem direccionada.

Permite também a gestão eficaz dos recursos disponíveis, assim como um maior grau de auto-confiança e determinação para a execução das actividades, com envolvimento responsável de todos actores desde o nível local até ao nacional, não só, bem como a criação dum sentimento de apropriação das acções e dos resultados das mudanças positivas.

A GRD deve ser feita de uma forma permanente, descentralizada e não somente em momentos de emergência; assegurando-se assim a sua integração em todo um processo de desenvolvimento, desde a sua abordagem nas metodologias de planificação, passando por todas as etapas que conduzam a produção dos Planos Estratégico de Desenvolvimento a diferentes níveis governamentais e não governamentais.

Os planos de desenvolvimento dos parceiros de cooperação devem responder aos planos de desenvolvimento e redução da vulnerabilidade definidos pelo Governo.

Caberá ao CONPREC coordenar as diferentes fases que concorrem para a elaboração dos diferentes instrumentos propostos na ENGRD através da sua unidade executiva e representada ao nível central bem como na Região Autónoma e nas Câmaras distritais, capitalizando os recursos e infraestruturas existentes.

Como coordenador das acções de redução da Vulnerabilidade o CONPREC precisa de se organizar e se preparar para a implementação da ENGRD. Deve fazer o acompanhamento e monitoria de todas actividades que visem o desenvolvimento sustentável do país. Algumas acções devem constar das prioridades do CONPREC, tais como:

- Advocacia para a integração de redução de riscos de desastres nos planos desenvolvimento sustentável;
- Apoio para a criação da capacidade institucional e humana para GRD;
- Promoção da coordenação e criação de redes de GRD;
- Apoio na coordenação sobre o aviso prévio e criação de capacidades;

O CONPREC deve ser dotado de poderes e autoridade para coordenar este processo. Assim, torna-se imperioso que na institucionalização do CONPREC:

- Incorpore na sua estrutura a protecção civil com a missão específica de intervir em situações de prevenção e resposta a desastres para evitar ou minimizar perdas de vidas humanas e de propriedades resultantes de ameaças naturais e antrópicos. Este órgão é accionado em situações em que a emergência é considerada de nível nacional.
- Defina claramente os níveis de emergência distrital, regional e Nacional e os mecanismos de intervenção.